

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

2ª Reunião Extraordinária 13 de Novembro de 2012 às 15:00 horas no Auditório Teotônio Vilela.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Observações relativas ao item 20:

Moção nº 093/2005 (Pauta de votação conclusiva) - por força da resolução nº 852, 17/10/2007, que alterou o artigo 33, inciso 2 do Regimento Interno, a presente propositura, que se encontrava pronta para a ordem do dia retornou a esta comissão para deliberação conclusiva. Voto do Relator pela então Comissão de Relações do Trabalho, Deputado Hamilton Perreira, favorável à proposição.

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 494/2010	Deputado Rodrigo Garcia	Dispõe sobre a criação do Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
2	Projeto de lei 177/2011	Deputado Geraldo Vinholi	Assegura que formados em cursos técnicos ou de curta duração de nível superior participem em concursos públicos para provimento de cargos, empregos ou funções da administração pública estadual direta e indireta, que exigem formação de nível superior.	Deputado Dilmo dos Santos	favorável	
3	Projeto de lei 309/2011	Deputado Edmir Chedid	Torna obrigatória a instalação, nos órgãos públicos estaduais que prestam serviços públicos diretamente ou mediante concessão, de Serviço de Atendimento aos usuários surdos e mudos.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
4	Projeto de lei 763/2011	Deputado Carlos Giannazi	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Técnico em Estética, Tecnólogo em Estética e Esteticista no Estado.	Deputado Estevam Galvão	contrário. Voto em Separado do Deputado Luiz Cláudio Marcolino favorável.	L.C.M.
5	Projeto de lei 956/2011	Deputado Fernando Capez	Disciplina a celebração de convênios e repasses de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos e municípios pelos órgãos da Administração Pública Estadual, direta ou indireta.	Deputado Mauro Bragato	favorável	

6	Projeto de lei 9/2012	Deputado Campos Machado	Altera a Lei nº 12.675, de 2007, que dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis.	Deputado Estevam Galvão	favoravel ao projeto na forma do substitutivo apresentado e contrário à emenda da CCJR	
7	Projeto de lei 214/2012	Deputado Alencar Santana Braga	Dispõe sobre o estabelecimento de cotas para grupo étnico racial negro nos concursos públicos da Administração Pública do Estado.	Deputado Isac Reis	favorável	
8	Projeto de lei 233/2012	Deputado Fernando Capez	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades particulares, sem fins lucrativos, visando ao preenchimento de vagas de estágio para estudantes no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional.	Deputado Mauro Bragato	favorável	
9	Projeto de lei 343/2012	Deputado Carlos Giannazi	Dispõe sobre o uso de símbolos oficiais do Estado.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável	
10	Projeto de lei 345/2012	Deputado Carlos Giannazi	Autoriza o Poder Executivo a criar Depósitos Públicos para guarda e armazenamento de objetos apreendidos vinculados a processos judiciais.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável	
11	Projeto de lei 347/2012	Deputado Olímpio Gomes	Autoriza o Poder Executivo a promover concurso interno de provas e títulos dentre os Soldados Policiais Militares Temporários visando sua nomeação para o cargo inicial de Praças da Polícia Militar.	Deputado Estevam Galvão	contrário	
12	Projeto de lei 465/2012	Deputado Carlos Grana	Dispõe sobre a redução do valor da taxa de inscrição em concursos públicos para doadores regulares de sangue e para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável	
13	Projeto de lei Complementar 79/2011	Deputado Gilson de Souza	Regulamenta a realização de concursos públicos no âmbito da Administração Pública do Estado.	Deputado Estevam Galvão	favoravel ao projeto na forma do substitutivo	
14	Processo 8052/2011	DEPUTADO OLÍMPIO GOMES	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Estevam Galvão	propondo Indicação	
15	Processo 8053/2011	União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	L.C.M.

16	Processo 8229/2011	USPESP de Jundiaí	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	L.C.M.
17	Processo 8231/2011	Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo	Encaminha documentação para posterior apreciação da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	L.C.M.
18	Processo 502/2012	Sueli Paula de Morais	Solicita correção de erro na Lei Complementar 1.034 de 2008 que extinguiu cargos do Quadro da Secretaria da Fazenda e do Quadro da Secretaria de Economia e Planejamento.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício e posterior arquivamento dos autos	L.C.M.
19	Processo 3574/2012	Getúlio Aparecido da Silva	Solicita providências quanto à representação formulada contra seus superiores hierárquicos encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.	Deputado Mauro Bragato	propondo encaminhamento de ofício ao Secretário de Segurança Pública e posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

2ª Reunião Extraordinária 13 de Novembro de 2012 às 15:00 horas no Auditório Teotônio Vilela.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
20	Moção 93/2005	Deputado Caldini Crespo	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de, através dos órgãos competentes, permitir o saque do PIS àquele que esteja desempregado há mais de um ano.			
21	Moção 62/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a não aprovação da PEC 01 de 2010, que torna o diploma universitário suficiente para comprovar a qualificação profissional, o que derrubaria o exame da Ordem dos Advogados do Brasil.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
22	Moção 65/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação da PEC 446 de 2011, denominada PEC 300, que institui um piso salarial para os servidores policiais.	Deputado Estevam Galvão	favoravel ao projeto na forma do substitutivo	

23	Moção 77/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, a fim de que seja aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011, que suspende a Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe o tratamento para curar homossexuais.	Deputado Dilmo dos Santos	favorável. Voto em Separado do Deputado Luiz Cláudio Marcolino contrário.	J.Z.P., C.G.
24	Moção 17/2012	Deputado Olímpio Gomes	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Governador do Estado para que determine a adoção de providências que possibilitem a promoção "post mortem" do Capitão PM Alberto Mendes Júnior ao posto de Coronel PM e consequente alteração da Lei de 18 de novembro de 1970, para que a pensão concedida aos seus genitores seja ajustada a este último posto da hierarquia da Polícia Militar.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
25	Moção 28/2012	Deputado Itamar Borges	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários visando à aprovação do Projeto de Lei 4330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalhos decorrentes.	Deputado André do Prado	favorável	
26	Moção 50/2012	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários para que o Projeto de lei 76, de 2011, que altera a Lei nº 7.713, de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos, seja aprovado com a máxima brevidade possível.	Deputado Isac Reis	favorável	

27	Moção 81/2012	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	(CONCLUSIVA) Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que os Projetos de lei n°s 4302/1998 e 4330/2004, que conduzem à precarização das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, não sejam aprovados.	Deputado Isac Reis	favorável	
28	Moção 83/2012	Deputado Campos Machado	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei do Senado n° 652, de 2011, que estabelece a redução do tempo de aposentadoria dos garçons, maitres, cozinheiros e confeitores para 25 anos, seja aprovado com a máxima brevidade possível.	Deputado Dilmo dos Santos	favorável	

Para Ciência:

Item 29 - Resposta do Poder Executivo ao Processo RGL 05458/2011 da União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, que solicita providências quanto ao reajuste dos salários-base dos servidores públicos estaduais.

- a Secretaria de Gestão Pública do Governo de São Paulo informa que o Governo vem procedendo a revisão e reestruturação das carreiras públicas, visando melhorar a remuneração ou quaisquer vantagens pecuniárias dos servidores públicos, buscando uma justa valorização profissional, observando todavia as limitações impostas pelo orçamento do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com relação ao cálculo do adicional por tempo de serviço e sexta-parte, esclarece que se encontra tramitando no Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário - RE 563.708 - 5, interposto pelo Estado do Mato Grosso do Sul para decisão da Repercussão Geral.

- Sobre o IAMSPE, informa que o Governo do Estado de São Paulo por intermédio do Programa de Modernização do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual tem procurado firmar convênios com hospitais públicos e particulares em diversas regiões do Estado com objetivo de melhorar o atendimento ao servidor.

Item 30 - Resposta da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública à Indicação n° 1042/2012, de autoria do Senhor Deputado José Bittencourt, que propõe a fixação de piso salarial dos policiais civis, militares e bombeiros do Estado de São Paulo. A resposta subscrita pelo coronel PM, chefe de gabinete, Renato Cabral Catita informa que, no Estado de São Paulo, vigora a Lei Complementar n° 731/93, que dispõe sobre os vencimentos e as vantagens pecuniárias dos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado, a qual equipara os vencimentos dos policiais pelas suas classes, postos e graduações, sendo certo que o pedido do Deputado recai diretamente sobre os padrões fixados nesta norma.